

Resultado Agenda Legislativa

De 05/05/2025 até 09/05/2025

Atualização: 09/05/2025 às 13:07:10

Câmara Dos Deputados

05/05/2025 - segunda-feira

18:01 PLEN - Plenário
[Sessão Deliberativa](#)
Local Plenário da Câmara dos Deputados Status Encerrada
Objetivo
Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)
Proposições em pauta

Ordem: 2

CD PL 7063/2017 - (URGENTE)

Autor(a): Valadares (PSB/SE)

Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.

Despachos: CDE -> CTRAB -> PL706317 -> CSAUDE -> CFT -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI

ANALISANDO PARECER PRELIMINAR ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO, Nº1.

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 8

CD PL 347/2003 - (URGENTE)

Autor(a): CPITRAFI

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Despachos: CDC -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Fred Costa (PRD/MG)

ORIENTAÇÃO FPA

CONTRÁRIO AO PROJETO DE LEI

AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO

ARGUMENTAÇÃO

A proposição principal, PL 347/2003, de autoria da CPI que investigou o tráfico de fauna e flora silvestres, busca aumentar as punições para quem comercializa ilegalmente animais silvestres ou peixes ornamentais. O projeto divide o atual artigo 29 da Lei de Crimes Ambientais em três novos dispositivos:

Art. 29: Passa a tratar apenas da morte ou captura de animais silvestres Art. 29-A: Cria um novo crime para o comércio ilegal de animais silvestres com penas mais duras quando for permanente, em larga escala ou com alcance nacional/internacional. Art. 29-B: Define o que é fauna silvestre e prevê situações específicas que agravam a pena. Art. 34-B: Cria crime específico para a comercialização ilegal de peixes ornamentais sem licença.

Uma emenda suprimiu o §2º do artigo 29-A, que permitia ao juiz deixar de aplicar pena nos casos de guarda doméstica de animais silvestres não ameaçados de extinção. A justificativa foi evitar brechas que pudessem beneficiar traficantes. No entanto, essa exclusão pode gerar insegurança jurídica e punir injustamente pequenos criadores, colecionadores ou pessoas que adquiriram animais legalmente.

O projeto tramita com um bloco de mais de **40 propostas apensadas**, todas voltadas à Lei de Crimes Ambientais, especialmente quanto à **fauna silvestre**. A maioria busca aumentar penas, criar tipos penais específicos e estabelecer regras rígidas para destinação de animais apreendidos.

Diante disso, aguardamos a publicação do parecer de plenário para uma análise mais aprofundada. Apesar da importância do tema, é **essencial evitar excessos e garantir segurança jurídica**.

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 9

CD PL 6969/2013 - (URGENTE)

Autor(a): Sarney Filho (PV/MA)

Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Despachos: CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Túlio Gadêlha (REDE/PE)

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO

Favorável na forma que se apresenta o **Parecer Preliminar de Plenário nº 9**.

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 11

CD PL 36/2021 - (URGENTE)

Autor(a): Zé Vitor (PL/MG)

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a vegetação nativa e dá outras providências, para aumentar o prazo que os pequenos agricultores possuem para se inscrever no CAR e fazerem jus aos benefícios do PRA.

Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Caroline de Toni (PL/SC)

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI

AGUARDANDO PARECER DE PLENÁRIO

ARGUMENTAÇÃO

Segundo o Código Florestal (Lei nº 12.651/2012), o prazo para aderir ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) está estabelecido no §2º do art. 59, que diz:

“A inscrição do imóvel rural no CAR é condição obrigatória para a adesão ao PRA, que deve ser requerida em até 2 (dois) anos após o cadastro, observado o disposto no §4º do art. 29.”

· A Lei diz que o produtor tem 2 anos para aderir ao PRA (o programa que ajuda a regularizar áreas desmatadas antes de 2008). Mas a lei não diz exatamente quando esse prazo começa a contar.

· O problema é que, em muitos casos, os órgãos ambientais ainda não analisaram o CAR de vários produtores. E sem essa análise, o produtor nem sabe se precisa se regularizar.

· Mesmo assim, o prazo de 2 anos pode estar correndo e quando a análise finalmente for feita, o tempo pode já ter acabado e o produtor perde o direito de entrar no PRA e fazer jus aos benefícios.

· O que o projeto busca, é corrigir isso, dizendo que o prazo de 2 anos só começa a contar depois que a autoridade ambiental disser que a propriedade tem um passivo ambiental, e não simplesmente na data em que o produtor fez o CAR.

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

·

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 19

CD PL 9263/2017 - (URGENTE)

Autor(a): Patrus Ananias (PT/MG)

Institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Despachos: CAPADR -> CCJC -> CFT -> PLEN

Atual Relator(a): Zé Silva (SD/MG)

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DE PLENÁRIO Nº5

ARGUMENTAÇÃO

Essa iniciativa busca assegurar a continuidade da agricultura familiar, fortalecendo a juventude rural e garantindo a permanência dos jovens no campo. Ela proporciona instrumentos que possam atrair o público alvo, como o acesso à terra, crédito, educação e capacitação, criando condições para que os jovens possam assumir a gestão das propriedades e conduzir a sucessão rural.

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

14:00 CSPCCO - Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

[Reunião Deliberativa](#)

Local Anexo II, Plenário 06 Status Encerrada (Termo)

Objetivo

Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: 5

[CD PL 3853/2019 \(Nº Anterior: PLS 224/2017\) - \(PRIORIDADE\)](#)

Autor(a): Wilder Moraes (PL/GO)

Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para autorizar a aquisição, por residente em área rural, de uma arma de fogo de uso permitido.

Despachos: CAPADR -> CSPCCO -> CCJC

Atual Relator(a): Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

[Parecer](#)

Parecer do Relator, Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL-SP), pela aprovação deste e da emenda apresentada na CAPADR.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO

Garantir que quem mora no campo tenha o direito de comprar uma arma de fogo permitida por lei para usar em sua propriedade. Muitas dessas propriedades ficam muito longe de um posto policial, às vezes, a centenas de quilômetros, deixando várias famílias vulneráveis a criminosos ou até a ataques de animais silvestres, sem nenhuma forma de se defenderem. Por isso, apoiamos o parecer do Deputado Delegado Paulo Bilynskyj, pela aprovação deste e da emenda apresentada na CAPADR, que retira a palavra "uma" do § 9º do art. 4º. Essa palavra limitava o morador rural a comprar apenas uma arma, o que consideramos injusto diante da realidade dessas famílias.

Ordem: 14

[CD PL 4874/2024 - \(ORDINARIA\)](#)

Autor(a): Evair Vieira de Melo (PP/ES)

Dispõe sobre ações específicas para fortalecer a prevenção, a investigação e a repressão de infrações penais em áreas rurais e urbanas, bem como estipula formas de custeio, e dá outras providências.

Despachos: CSPCCO -> CFT -> CCJC

Atual Relator(a): Sanderson (PL/RS)

[Parecer](#)

Parecer do Relator, Dep. Sanderson (PL-RS), pela aprovação.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR

ARGUMENTAÇÃO

A proposta legislativa em exame oferece um importante avanço no enfrentamento da criminalidade nas áreas mais vulneráveis do país, tanto urbanas quanto rurais, ampliando medidas de prevenção, investigação e repressão de infrações penais

06/05/2025 - terça-feira

13:58

PLEN - Plenário

[Sessão Deliberativa](#)

Local Plenário da Câmara dos Deputados Status Encerrada

Objetivo

Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Proposições em pauta

Ordem: 3

CD PL 7063/2017 - (URGENTE)

Autor(a): Valadares (PSB/SE)

Altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios.

Despachos: CDE -> CTAB -> PL706317 -> CSAUDE -> CFT -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP)

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 9

CD PL 347/2003 - (URGENTE)

Autor(a): CPITRAFI

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Despachos: CDC -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Fred Costa (PRD/MG)

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 10

CD PL 6969/2013 - (URGENTE)

Autor(a): Sarney Filho (PV/MA)

Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências.

Despachos: CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Túlio Gadêlha (REDE/PE)

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 12

CD PL 36/2021 - (URGENTE)

Autor(a): Zé Vitor (PL/MG)

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a vegetação nativa e dá outras providências, para aumentar o prazo que os pequenos agricultores possuem para se inscrever no CAR e fazerem jus aos benefícios do PRA.

Despachos: CAPADR -> CMADS -> CCJC -> PLEN

Atual Relator(a): Caroline de Toni (PL/SC)

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 16

CD PL 3899/2012 - (URGENTE)

Autor(a): Jandira Feghali (PCDOB/RJ)

Institui a Política Nacional de Estímulo à Produção e ao Consumo Sustentáveis.

Despachos: CCJC -> CDE -> CFT -> CMADS -> CICS -> PLEN

Atual Relator(a): Luciano Vieira (REPUBLICANOS/RJ)

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

Ordem: 19

CD PL 9263/2017 - (URGENTE)

Autor(a): Patrus Ananias (PT/MG)

Institui a Política e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e dá outras providências.

Despachos: CAPADR -> CCJC -> CFT -> PLEN

Atual Relator(a): Zé Silva (SD/MG)

Resultado:

Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

10:35 **CMADS - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CLP - Comissão de Legislação Participativa**

[Seminário](#)

Local Anexo II, Plenário 03 **Status** Em Andamento

Objetivo

Seminário pós 29ª Conferência das Partes (COP 29) da Convenção Quadro de Clima das Nações Unidas REUNIÃO CONJUNTA

14:10 **CPASF - Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família**

[Audiência Pública](#)

Local Anexo II, Plenário 15 **Status** Encerrada

Objetivo

Debate sobre os prejuízos decorrentes do uso de cigarros eletrônicos por crianças e adolescentes REQ Nº 11/2025, do Dep ALLAN GARCÊS 1) RICARDO MEIRELLES (Confirmado - participação por videoconferência) Presidente da Comissão de Combate ao Tabagismo Associação Médica Brasileira 2) JAQUELINE RIBEIRO SCHOLZ (Confirmada - participação por videoconferência) Diretora do Programa de Tratamento ao Tabagismo Instituto do Coração - Faculdade de Medicina da USP 3) ALCINDO CERCI NETO (Confirmado) Conselheiro Federal pelo Estado do Paraná Conselho Federal de Medicina 4) MARIA ENEDINA CLAUDINO AQUINO SCUARCIALUPI (Confirmada) Coordenadora da Comissão Científica de Tabagismo Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia 5) MARIANA PINHO (Confirmada - participação por videoconferência) Coordenadora do Projeto de Controle do Tabaco ACT Promoção da Saúde 6) FELIPE LACERDA MENDES (Confirmado - participação por videoconferência) Comissão Nacional para Implementação de Convenção-Quadro sobre o Uso do Tabaco e seus Protocolos do Ministério da Saúde

14:30 **CREDN - Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional**

[Reunião de Comparecimento de Ministro\(a\)](#)

Local Anexo II, Plenário 03 **Status** Cancelada

Objetivo

Convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores (art. 50 CF) Tema: Convocação, nos termos do art. 50, caput da Constituição Federal e artigo 219, inciso I e § 2º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para prestar esclarecimentos acerca da concessão de asilo diplomático à senhora Nadine Heredia, ex-primeira dama do Peru, condenada pela Justiça do seu país por corrupção no caso Odebrecht. Em atendimento ao Requerimento nº 30/2025-CREDN, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo (PP/ES), subscrito pelos Deputados Carla Dickson (União/RN), Carla Zambelli (PL/SP), Osmar Terra (MDB/RS), Pastor Marco Feliciano (PL/SP), Sargento Fahur (PSD/PR), Sílvia Waiãpi (PL/AP) e Zucco (PL/RS). Convocado: Embaixador Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores

14:49 **PL108725 - Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1087, de 2025, do Poder Executivo, que "altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências"**

[Reunião de Instalação e Eleição](#)

Local Anexo II, Plenário 07 **Status** Encerrada

Objetivo

Instalação da comissão e eleição do presidente e vice-presidentes A - Instalação da Comissão; e B - Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes.

15:08 **CPOVOS - Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais**

[Reunião Deliberativa](#)

Local Anexo II, Plenário 12 **Status** Encerrada

Objetivo

Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: 7

CD PL 4347/2021 - (ORDINARIA)

Autor(a): Joenia Wapichana (REDE/RR)

Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.

Despachos: CMADS -> CPOVOS -> CFT -> CCJC

Atual Relator(a): Célia Xakriabá (PSOL/MG)

Parecer

Parecer da Relatora, Dep. Célia Xakriabá (PSOL-MG), pela aprovação deste, do PL 2936/2022, apensado, e do Substitutivo adotado pela CMADS, com substitutivo.

Resultado:

Não deliberado.

15:12 CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Reunião Deliberativa

Local Anexo II, Plenário 01 **Status** Encerrada (Final)

Objetivo

Eleição de Vice-Presidentes da CCJC e Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: **8**

CD PL 2942/2019 (Nº Anterior: PLS 458/2018) - (PRIORIDADE)

Autor(a): José Serra (PSDB/SP)

Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), para estabelecer que informações obtidas em estudos de impacto ambiental anteriores poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região.

Despachos: CMADS -> CCJC

Atual Relator(a): Marangoni (UNIÃO/SP)

Parecer

Parecer de Comissão ao Projeto de Lei nº 2.942/2019.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PARECER DO RELATOR □

ARGUMENTAÇÃO

- A proposta busca permitir que os dados obtidos em estudos de impacto ambiental (**EIA/RIMA**) possam ser **reutilizados para o licenciamento** de outros empreendimentos na mesma região.
- É considerado positivo e eficiente porque evita que empreendedores tenham que coletar dados primários para áreas que já foram amplamente estudadas.
- O uso desses dados economiza tempo e dinheiro, além de reduzir os impactos que novos estudos causariam, como a coleta de fauna para análise.
- O substitutivo apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), e agora recomendado a aprovação, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), introduz melhorias, como:
 - 1. O empreendedor deve solicitar ao órgão licenciador o uso dessas informações, o que evita sobrecarregar ao órgão ambiental; 2. A utilização dos dados dos estudos de impacto ambiental não impede o uso de outros dados secundários, como pesquisas científicas disponíveis; 3. O reaproveitamento dos dados deve ser limitado à mesma região do empreendimento e deve considerar a similaridade na metodologia de coleta, o esforço amostral e a época em que os dados foram levantados.
- Essas mudanças tornam o processo de licenciamento ambiental mais ágil e eficiente, sem comprometer a qualidade dos estudos.

Resultado:

Aprovada a Redação Final.

Ordem: **67**

CD PL 471/2019 - (ORDINARIA)

Autor(a): Célio Moura (PT/TO)

Altera os artigos 429 e 430 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de dispor sobre a contratação de aprendizes pelos empreendimentos da agricultura familiar.

Despachos: CTAB -> CCJC

Atual Relator(a): Patrus Ananias (PT/MG)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Patrus Ananias (PT-MG), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas, da Emenda nº 1 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, e da Emenda nº 2 da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, com subemenda.

ORIENTAÇÃO FPA

FAVORÁVEL AO PROJETO □

ANALISANDO PRL nº2, CCJC □

Resultado:

Votação nominal, de ofício, do Requerimento de Retirada de Pauta, de autoria dos Deputados Paulo Bilynsky, Chris Tonietto e Bia Kicis. Encaminharam a votação a Deputada Bia Kicis e o Deputado Pompeo de Mattos. Rejeitado o Requerimento de Retirada de Pauta. Resultado: 7 votos "Sim", 31 votos "Não". Total: 38 votos e 5 "Obstruções". Prejudicados os Requerimentos de Adiamento de Discussão e de Votação Nominal do Adiamento de Discussão, de autoria do Deputado Paulo Bilynskyj, vice-líder da Oposição, em razão da rejeição do Requerimento de Retirada de Pauta. Lido o Parecer pelo Relator, Deputado Patrus Ananias. Iniciada a Discussão. Discutiu a Matéria a Deputada Bia Kicis (PL-DF). Prejudicados os Requerimentos de Adiamento de Votação, de Votação Nominal do Adiamento de Votação e de Votação Nominal da Matéria, de autoria do Deputado Paulo Bilynskyj, vice-líder da Oposição, em razão da ausência do Autor. Aprovado o Parecer. Prejudicado o Requerimento de Votação Nominal de Retirada de Pauta, de autoria do Deputado Paulo Bilynskyj.

15:44 **CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

[Reunião de Comparecimento de Ministro\(a\)](#)

Local Anexo II, Plenário 02 **Status** Encerrada

Objetivo

Comparecimento do Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar REQ 3/2025, do deputado Albuquerque REQ 19/2025, da deputada Coronel Fernanda REQ 24/2025, do deputado João Daniel REQ 32/2025, do deputado Evair Vieira de Melo REQ 37/2025, do deputado Domingos Neto
CONVIDADO: Sua Excelência o Senhor Paulo Teixeira Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

15:55 **CASP - Comissão de Administração e Serviço Público**

[Reunião Deliberativa](#)

Local Anexo II, Plenário 08 **Status** Encerrada (Final)

Objetivo

Discussão e votação de propostas legislativas

Proposições em pauta

Ordem: 9

CD PL 3564/2019 - (ORDINARIA)

Autor(a): Rosana Valle (PL/SP)

Altera a Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e dá outras providências.

Despachos: CASP -> CVT -> CCJC

Atual Relator(a): Luiz Gastão (PSD/CE)

Parecer

Parecer do Relator, Dep. Luiz Gastão (PSD-CE), pela aprovação deste, do PL 1064/2021, e do PL 1455/2023, apensados, com substitutivo.

ORIENTAÇÃO FPA

ACOMPANHAR

Resultado:

Lido o Parecer pelo Relator. Vista à Deputada Alice Portugal.

16:00 **EVENTOS - Eventos**

[Reunião Técnica](#)

Local Auditório Freitas Nobre **Status** Convocada

Objetivo

Publicação com temas e proposições em tramitação no Congresso Nacional para proteção animal A Agenda Legislativa Animal 2025 consiste em uma publicação com os temas e proposições, em tramitação no Congresso Nacional, que representam avanços concretos para a proteção animal. A publicação é uma articulação da Rede de Advocacy Colaborativo (RAC), em parceria com Proteção Animal Mundial e Alianima, e apoio da Frente Parlamentar de Direitos dos Animais e demais organizações animalistas. Os temas demonstram a transversalidade da agenda pela sua diversidade e alcance em múltiplos aspectos. A lista de projetos tem como o objetivo de ser representativa, portanto, as diferentes organizações apoiadoras indicaram e não representam, necessariamente, a posição integral de todas.

07/05/2025 - quarta-feira

<p>07/05/2025 - quarta-feira</p> <p>08/05/2025 - quinta-feira</p> <p>09/05/2025 - sexta-feira</p>

1	AGENDA DA CÂMARA - 05 DE MAIO
2	AGENDA DA CÂMARA - 06 DE MAIO
3	AGENDA DA CÂMARA - 07 DE MAIO
4	AGENDA DA CÂMARA - 08 DE MAIO
5	AGENDA DA CÂMARA - 09 DE MAIO

Ordem	Projeto de Lei	Resultado
1	PL 111/2017	APROVADO
2	PL 112/2017	APROVADO
3	PL 113/2017	APROVADO
4	PL 114/2017	APROVADO
5	PL 115/2017	APROVADO
6	PL 116/2017	APROVADO
7	PL 117/2017	APROVADO
8	PL 118/2017	APROVADO
9	PL 119/2017	APROVADO
10	PL 120/2017	APROVADO
11	PL 121/2017	APROVADO
12	PL 122/2017	APROVADO
13	PL 123/2017	APROVADO
14	PL 124/2017	APROVADO
15	PL 125/2017	APROVADO
16	PL 126/2017	APROVADO
17	PL 127/2017	APROVADO
18	PL 128/2017	APROVADO
19	PL 129/2017	APROVADO
20	PL 130/2017	APROVADO
21	PL 131/2017	APROVADO
22	PL 132/2017	APROVADO
23	PL 133/2017	APROVADO
24	PL 134/2017	APROVADO
25	PL 135/2017	APROVADO
26	PL 136/2017	APROVADO
27	PL 137/2017	APROVADO
28	PL 138/2017	APROVADO
29	PL 139/2017	APROVADO
30	PL 140/2017	APROVADO
31	PL 141/2017	APROVADO
32	PL 142/2017	APROVADO
33	PL 143/2017	APROVADO
34	PL 144/2017	APROVADO
35	PL 145/2017	APROVADO
36	PL 146/2017	APROVADO
37	PL 147/2017	APROVADO
38	PL 148/2017	APROVADO
39	PL 149/2017	APROVADO
40	PL 150/2017	APROVADO
41	PL 151/2017	APROVADO
42	PL 152/2017	APROVADO
43	PL 153/2017	APROVADO
44	PL 154/2017	APROVADO
45	PL 155/2017	APROVADO
46	PL 156/2017	APROVADO
47	PL 157/2017	APROVADO
48	PL 158/2017	APROVADO
49	PL 159/2017	APROVADO
50	PL 160/2017	APROVADO
51	PL 161/2017	APROVADO
52	PL 162/2017	APROVADO
53	PL 163/2017	APROVADO
54	PL 164/2017	APROVADO
55	PL 165/2017	APROVADO
56	PL 166/2017	APROVADO
57	PL 167/2017	APROVADO
58	PL 168/2017	APROVADO
59	PL 169/2017	APROVADO
60	PL 170/2017	APROVADO
61	PL 171/2017	APROVADO
62	PL 172/2017	APROVADO
63	PL 173/2017	APROVADO
64	PL 174/2017	APROVADO
65	PL 175/2017	APROVADO
66	PL 176/2017	APROVADO
67	PL 177/2017	APROVADO
68	PL 178/2017	APROVADO
69	PL 179/2017	APROVADO
70	PL 180/2017	APROVADO
71	PL 181/2017	APROVADO
72	PL 182/2017	APROVADO
73	PL 183/2017	APROVADO
74	PL 184/2017	APROVADO
75	PL 185/2017	APROVADO
76	PL 186/2017	APROVADO
77	PL 187/2017	APROVADO
78	PL 188/2017	APROVADO
79	PL 189/2017	APROVADO
80	PL 190/2017	APROVADO
81	PL 191/2017	APROVADO
82	PL 192/2017	APROVADO
83	PL 193/2017	APROVADO
84	PL 194/2017	APROVADO
85	PL 195/2017	APROVADO
86	PL 196/2017	APROVADO
87	PL 197/2017	APROVADO
88	PL 198/2017	APROVADO
89	PL 199/2017	APROVADO
90	PL 200/2017	APROVADO
91	PL 201/2017	APROVADO
92	PL 202/2017	APROVADO
93	PL 203/2017	APROVADO
94	PL 204/2017	APROVADO
95	PL 205/2017	APROVADO
96	PL 206/2017	APROVADO
97	PL 207/2017	APROVADO
98	PL 208/2017	APROVADO
99	PL 209/2017	APROVADO
100	PL 210/2017	APROVADO

**08/05/2025 - quinta-feira****14:20** **PLEN - Plenário**[Sessão Não Deliberativa Solene](#)**Local** Plenário da Câmara dos Deputados **Status** Encerrada**Objetivo**

Homenagem aos 52 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Homenagem aos 52 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

09:00 **CAPADR - Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**[Audiência Pública](#)**Local** Anexo II, Plenário 06 **Status** Cancelada**Objetivo**

Instituição do Dia Nacional do Alho Brasileiro Requerimento nº 44/2025 de autoria da Deputada Marussa Boldrin (MDB/GO) CONVIDADOS: GUSTAVO HENRIQUE FIRMO (confirmado) Coordenador-Geral da Secretaria de Política Agrícola Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA RODOLFO MOLINARI DA COSTA (confirmado) Presidente da Comissão Nacional de Hortaliças e Flores da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA RAFAEL JORGE CORSINO (Confirmado) Presidente da Associação Nacional dos Produtores de Alho - ANAPA

